

Conservação e restauro do patrimônio, constituição da atividade profissional e formação acadêmica no Rio Grande do Sul: notas para uma narrativa.

Roberto Heiden¹

Resumo

A história da conservação e do restauro de bens culturais no estado do Rio Grande do Sul encontra-se em estado inicial de elaboração. Existem estudos que demonstram a constituição de um campo de ação voltado ao Patrimônio Cultural e, junto a este, o desenvolvimento de espaço para trabalho de profissionais do campo do patrimônio cultural, dentre eles, os conservadores/restauradores. Neste contexto, já se visualiza momentos em que atuaram profissionais pioneiros e, hoje, a formação acadêmica específica começa a se institucionalizar. A constatação da insuficiência desta narrativa histórica, faz da análise da criação e da implementação do curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis do ICH/UFPEL, uma saída para a sugestão de roteiros, que sinalizem novos percursos de pesquisa.

Palavras-chave: História da Conservação e restauro; Patrimônio; formação profissional do Conservador/restaurador.

Atualmente, observa-se um número restrito de publicações e pesquisas sobre a história da conservação e do restauro dos Bens Culturais no Rio Grande do Sul, e sobre o processo de profissionalização dos conservadores/restauradores. A falta de um mapeamento que dimensione de forma mais precisa o contexto de atuação com que se depara o conservador/restaurador, também denuncia a falta de uma narrativa da trajetória histórica da constituição deste campo profissional em nosso país. Neste sentido, coloca-se como pertinente a realização de estudos mais abrangentes, que possam auxiliar a compreensão destes movimentos.

Apesar disso, a conservação e restauração dos bens culturais vêm se consolidando profissionalmente no Rio Grande do Sul e no Brasil, em decorrência da crescente conscientização sobre a preservação do Patrimônio. O surgimento de cursos de graduação na área tem contribuído para este cenário. Esse movimento tem ampliado o espaço de trabalho para conservadores/restauradores, seguindo a tendência de vários países europeus. Têm surgido lojas de material especializado, escritórios e ateliês que trabalham com a preservação do patrimônio cultural, vagas para trabalho no setor público e privado, além dos encaminhamentos tomados em relação à regulamentação da profissão do conservador/restaurador. Tais movimentos comprovam, não só o crescimento do campo da

¹ Professor Assistente do Departamento de Museologia e Conservação e Restauro do Instituto de Ciências Humanas (ICH/UFPEL). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (ICH/UFPEL). e-mail: roberto.heiden@yahoo.com.br

conservação e do restauro dos bens culturais, como a importância econômica e cultural do mesmo.

No ano de 2008, foi criado o Curso de graduação em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Desde então, esta graduação têm oferecido vagas para estudantes interessados em se habilitar na área, estando, no momento, com quatro turmas em curso, e a primeira delas com perspectiva de conclusão de estudos ao término de 2011.

Uma análise do curso pode trazer elementos interessantes para a compreensão do campo da conservação e do restauro dos bens culturais no Rio Grande do Sul. Particularmente, se for compreendida a partir de um olhar mais amplo, que contemple, por exemplo, a expansão do ensino superior no Brasil, e a consolidação do campo da preservação do patrimônio e da profissão de conservador/restaurador de bens culturais.

Ainda assim, a preservação dos bens culturais não é uma realidade plenamente efetivada no estado do Rio Grande do Sul, dado que, notoriamente, nosso patrimônio continua a sofrer eventuais perdas irreparáveis. A maior parte das ações voltadas à preservação do patrimônio cultural tem ocorrido com o patrimônio edificado, e os esforços realizados para proteção do patrimônio, são normalmente concentrados nos municípios e edificações compreendidos como de maior representatividade para a memória do estado, estando ligados a fatos históricos, tais como guerras, grandes feitos, e momentos de transformação social e política. No entanto, e ainda que se reconheça a importância destas ações e alguns de seus resultados, há um enorme universo patrimonial na agenda de nossas demandas.

Algo que contribuiu efetivamente para a maior valorização ao patrimônio cultural foi às instruções do Decreto Estadual nº 31.049, de 1983, que se apresenta em consonância com a legislação nacional e com as orientações internacionais para preservação do patrimônio. De acordo com Aloísio Arnaldo Nunes Castro (2009), também foi um fator importante para tanto, a mobilização dos agentes patrimoniais em busca de melhores condições para os seus campos de atuação na área, com a defesa de práticas de gestão do patrimônio mais amplas e pluralistas, algo que foi favorecido pelo processo de redemocratização do Brasil.

Há também exemplos históricos de práticas profissionais em conservação e restauro, como é o caso do paulista Ado Malagoli², por exemplo, que contrariou uma realidade que sequer propiciava o trato curativo para acervos históricos, e deixou resultados marcantes em

² Malagoli chega ao Rio Grande do Sul no ano de 1952. O artista teve grande importância para a preservação da coleção que hoje pertence ao acervo do Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS). Fonte: http://www.margs.rs.gov.br/acervo_restauracao.php, 11/08/2011 às 12:24h.

solo gaúcho. Além disso, há outros sujeitos que ainda demandam maiores estudos para uma compreensão ampliada sobre a importância histórica da sua atuação, como é o caso de Wladilas Zagloba, conservador/restaurador polonês, atuante no Rio Grande do Sul, na década de 50 do século XX.

Há também diversos outros sujeitos, entidades, grupos, enfim, diversos agentes sociais, que foram ou são figuras fundamentais para o desenvolvimento e implementação de ações e de políticas públicas, para a preservação do patrimônio no Rio Grande do Sul. No entanto, estes agentes não possuem lugar delineado em uma necessária narrativa histórica sobre a conservação e restauro e a preservação do Patrimônio no Rio Grande do Sul. Mesmo assim, todos esses agentes, e a movimentação decorrente das suas práticas, ampliaram o campo da conservação e da restauração dos bens culturais.

Portanto, e baseado neste contexto relatado, é pertinente questionar quem são os agentes patrimoniais que contribuem ou contribuíram no Rio Grande do Sul para o campo da conservação e do restauro dos bens culturais, e quais foram as suas ações para a área. Esta questão está integrada as demais do projeto de pesquisa “Conservação e Restauro de Bens Culturais: constituição histórica da atividade profissional” que objetiva realizar um estudo sobre a história da conservação e restauro no Rio Grande do Sul, por meio dos trabalhos realizados por profissionais, por meio de seus depoimentos e/ou documentos, e com o contato e estudo das diferentes instituições voltadas à preservação do Patrimônio.

O objetivo geral da pesquisa mencionada é realizar um levantamento, registro e análise dos aspectos importantes da história da conservação e do restauro no estado, tendo como objetivos específicos: conhecer o surgimento e a consolidação do campo da preservação do Patrimônio Cultural no Rio Grande do Sul; de como se constituiu e atua o campo da conservação e do restauro no Rio Grande do Sul e de como se dá a interação entre as atividades preservacionistas dos agentes patrimoniais de nosso estado com as de outras regiões do país, além de perceber a inserção dos conservadores/restauradores gaúchos nos espaços de ação e nos fóruns de debate voltados para a preservação do patrimônio, por meio do registro dos depoimentos e/ou políticas, ou do estudo das ações realizadas pelos mesmos.

Considerando este trabalho, colocou-se como demanda a compreensão de duas dimensões que abrangem a consolidação da profissão e do campo de atuação do profissional conservador restaurador no Rio Grande do Sul: a institucionalização de políticas públicas para o patrimônio e o surgimento do ensino formal para habilitação à prática profissional, exemplificado por meio da criação do Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis do ICH/UFPEL, a partir de uma pesquisa de campo e teórica.

Notas para a compreensão da constituição e consolidação do campo preservacionista no Rio Grande do Sul

Salvador Muñoz Viñas (2003) nos diz que o conservador/restaurador de bens culturais não trabalha com qualquer tipo de objeto, e sim com aqueles que, de alguma maneira, comunicam ou têm capacidade simbólica a respeito de determinados valores, mais ou menos vigentes, em determinadas épocas. Neste sentido, ao restaurar, o profissional não trabalha somente sobre a matéria, porém, de alguma maneira, opera também sobre o aspecto imaterial do patrimônio. Neste sentido, o restaurador re-afirma com sua atuação, que estes objetos vêm a ser constituídos como “patrimônios”, em suas diferentes e possíveis categorias: patrimônio histórico, artístico, tecnológico, etc, ou na sua nomenclatura mais abrangente: “Patrimônio Cultural”.

No entanto, o processo de patrimonialização dos bens culturais, situa-se também no interior de políticas públicas de patrimônio, levadas a efetividade por órgãos públicos, tais como, por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, o IPHAE. Órgão este que mantém certa consonância com as políticas nacionais de patrimônio. Estas políticas remontam aos anos de 1920, com suas primeiras expressões materializadas por intelectuais vinculados aos campos da História e das Artes.

As políticas públicas de preservação do patrimônio no Brasil foram institucionalizadas na década de 30, a partir da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937), atualmente denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Desde seus primórdios, o SPHAN representou uma ação efetiva do poder público, no sentido de viabilizar a preservação do patrimônio cultural do país. (FONSECA, 2005) Neste período, priorizou-se justamente o patrimônio com características históricas e artísticas, especialmente o patrimônio edificado. Já no período que vai dos anos 1960-70, intitulado como “moderno”, tendo como expoente a figura de Aloísio Magalhães e a introdução do conceito de referência cultural, fundamentaram-se princípios sobre a compreensão também do Patrimônio Cultural Imaterial, no cenário brasileiro.

Além dos fatos já mencionados, é importante na “trajetória patrimonial brasileira” rumo à consolidação de políticas públicas a favor do Patrimônio Cultural, fazer menção à promulgação da “Lei da Arqueologia” de 1961. Como decorrência da introdução do conceito de referência cultural, vê-se a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975. Também cabe apontar a implementação do Programa das Cidades Históricas (PHC),

realizada em 1977, e a criação do Programa Monumenta (de 1999). Por fim, cabe mencionar a abertura para a realização do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no ano de 2000. (ver MEIRA, p. 18).

No Rio Grande do Sul, as preocupações com o patrimônio “pedra e cal” já se faziam sentir desde os anos 1920, período no qual o sítio missioneiro passa a figurar como objeto da atenção dos preservacionistas: com ações nos remanescentes da igreja de São Miguel Arcanjo na cidade de Santo Ângelo, atualmente compondo o município de São Miguel das Missões. Se no início do século XX pouco se falava em nosso estado sobre patrimônio, no âmbito dos veículos de comunicação, e poucos também eram também os processos de preservação do patrimônio, hoje já há um razoável número de projetos em andamento, os critérios que embasam estes trabalhos se modificaram, e o patrimônio é assunto mais recorrente em diferentes setores sociais, com tudo o que há de positivo e negativo neste movimento. O tombamento tem sido um instrumento referencial, por mais que tenha sido já alvo de críticas de muitos intelectuais.

As décadas de 1950-60 foram particularmente profícuas no campo patrimonial, pois, já em 1954, foi criada, por exemplo, a Divisão de Cultura, ligada à Secretaria Estadual de Educação, e com funções vinculadas à defesa do patrimônio histórico e artístico do estado. Em 1964 criou-se a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado com atribuições para inventariar, tombar e prever estratégias de conservação dos bens patrimoniais do Rio Grande do Sul. Desde 1979 este órgão passou a ser chamado como “Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, CPHAE” quando, na década de 1980, aumentaram as preocupações patrimoniais e a abrangência do órgão em relação à memória e ao patrimônio do estado, quando houve o tombamento de vários bens imóveis.

Após a criação da Secretaria de Estado da Cultura, em 1990, foi publicada a portaria nº 11/90, que alterou a denominação das coordenadorias, transformando-as em institutos. Surgiu, assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, o IPHAE, que chegou ao ano de 2010 a um número de 106 bens tombados, incluindo-se os tombamentos ambientais (Mata Atlântica e quatro parques) e os bens móveis da Biblioteca Pública de Porto Alegre.³

Segundo Ana Meira (2004), até o ano de 2007, os processos de tombamentos abertos no IPHAN, no âmbito do Rio Grande do Sul, por exemplo, tiveram cerca de 50% de sucesso, resultando até aquele ano, em 84 bens edificadas e quatro coleções de bens móveis tombados. No entanto, MEIRA (2004) pontua que, mesmo com os processos de tombamento,

³ Informações disponíveis em <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=HistoricoAc&item=25>>. Acesso em 12 de agosto de 2011, às 23:33 hs.

houve quatro ocorrências de demolições de bens tombados, durante ou após a realização do processo, como, por exemplo, os casos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Solar D. Diogo de Souza, ambos em Porto Alegre. (p. 220)

Neste sentido, ainda que de maneira nem sempre efetiva, como muitas vezes se percebe, existe já um aparelho burocrático de responsabilidade federal, e outro de responsabilidade estadual que, minimamente, respaldam o patrimônio cultural localizado no estado do Rio Grande do Sul. Para além desta existência, criaram-se, também, ferramentas ou instrumentos sociais, que podem atribuir ao patrimônio esta enunciação, assim como nos explicou VIÑAS (2003).

Desta forma, criada esta condição, há espaço social para profissionais e o público em geral se apropriarem deste patrimônio como “patrimônio”, certo tipo de objeto diferenciado que é dos demais, com todas as características que lhe são próprias e que, por exemplo, lhe dá condição para conservação e restauro, quando necessário for. Falando de forma objetiva, o que está posto é que, estando legitimado, o patrimônio é objeto palpável para profissionais específicos do campo do patrimônio, tais como museólogos, restauradores, historiadores e memorialistas, arquitetos, dentre outros.

Notas sobre a criação do Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis do ICH/UFPEL.

Diversos são os fatos históricos ou contemporâneos pertinentes para a inclusão em uma história da conservação e do restauro do Rio Grande do Sul. Um deles é a criação do primeiro curso de graduação na área pela UFPEL. Este curso também faz parte de um grupo ainda pequeno de cursos de graduação já criados em nosso país, a maioria deles concentrados na região sudeste. Atualmente, há cerca de oito cursos de graduação em Conservação e Restauro em funcionamento no país⁴, e outros dois estão em processo de criação, distribuídos entre instituições públicas e privadas.

Todos estes cursos foram criados após o ano de 2005. Antes da existência destes cursos de graduação, a formação na área se dava em cursos técnicos ou de especialização, com notória atuação do curso de especialização em Conservação e Restauro de Bens Culturais

⁴ Informações obtidas a partir de consulta no sistema E-mec do MEC, no dia 12 de agosto de 2011, às 22:30 horas. Este sistema é responsável pelo cadastro e gerenciamento de informações sobre todos os cursos de graduação no país, para fins de autorização, reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

do CECOR da UFMG. A formação poderia também ocorrer em cursos realizados por profissionais fora do Brasil.

O Curso de Conservação e Restauro da UFPEL foi criado junto ao Instituto de Ciências Humanas desta instituição. Ele foi pensado a partir de um objetivo maior: somado aos cursos de graduação em Museologia e o curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, consolidam uma área em patrimônio cultural no âmbito da instituição⁵. De acordo com o projeto pedagógico do curso, o Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis do ICH/UFPEL resulta de

iniciativas e projetos que têm como eixo as discussões sobre memória e patrimônio, em suas diferentes abordagens e manifestações em Pelotas e região, desenvolvidas dentro e fora da UFPEL. Estas ações apontam para o curso como instância de consolidação de um projeto maior: o de tornar Pelotas e a UFPEL, centros de referência e formação de profissionais capacitados a atuar nas áreas de gestão de memória, na proteção e salvaguarda, conservação e restauro, do patrimônio cultural. Isto viabiliza, no plano prático, intervenções diretas e indiretas no patrimônio, buscando impedir ou deter sua deterioração. Pelotas e sua região de circunvizinhança apresentam uma forte demanda pelo desenvolvimento de ações qualificadas para a preservação e recuperação do Patrimônio Cultural, pois, a pauta do desenvolvimento regional - região esta que já foi vitimada por um prolongado processo de recessão econômica ao longo do séc. XX - passa a integrar, paralelamente ao movimento de preservação do meio ambiente, a preservação do patrimônio cultural. É necessário que a universidade forneça quadros qualificados para a proposição e execução de projetos de preservação e gestão de patrimônio e da memória. Este curso, bem como outros já iniciados, tais como o curso de Museologia e o de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, além de outras especializações criadas no âmbito da UFPEL, focadas na preservação do Patrimônio, legitimam-se, portanto, no atendimento a estas relevantes demandas locais e nacionais. (P. 11)

A criação deste curso foi facilitada pela política de expansão do ensino superior do Governo Federal que, nos últimos oito anos, articulou expansão do ensino superior público

⁵ De acordo com entrevista realizada com a Professora Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, membro integrante da comissão de criação do Curso de Conservação e Restauro do ICH/UFPEL, a implementação do mesmo foi pensada de maneira a otimizar a estrutura já disponível nos cursos mais antigos e, qualificar, ao mesmo tempo, o espaço dos três cursos, a partir das conquistas que o curso de Conservação e Restauro viria a obter, em função de sua relação com o REUNI. Desta maneira, em um espírito acadêmico de mútua colaboração, compartilhamento de força de trabalho, espaços de ensino e áreas de estudo, se consolidaria a área de conhecimento em Patrimônio Cultural, no âmbito da UFPEL.

com a expansão e interiorização das universidades federais, tendo como matriz para esta expansão, o Programa REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

De acordo com BRITO e HEIDEN (2011)

Em poucas palavras, pode-se dizer que este programa objetivou, a um só tempo: a expansão da oferta do ensino superior no Brasil (em consonância com as metas propostas pelo Plano Nacional de Educação para o setor), e a reestruturação do desenho das diferentes dimensões que compõe a estrutura administrativa e acadêmica das IFES. (P. 3)

No entanto, e no que pese a consciência coletiva de que o REUNI visa à articulação entre expansão com reestruturação, de acordo com BRITO e HEIDEN (2011)

a compreensão dominante na UFPEL foi a de promover estratégias de expansão voltadas ao aumento quantitativo do número de vagas na graduação. Esse entendimento foi materializado, basicamente, a partir de dois movimentos: o aumento no número de vagas nos cursos existentes e a criação de novos cursos de graduação. (p. 6)

É neste contexto nacional e local do ensino superior, que nasce o Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis do ICH/UFPEL, junto a mais outros sete cursos de graduação da universidade. Estes cursos foram os primeiros a iniciar no ano de 2008, a partir da proposta de adesão ao REUNI apresentada pela UFPEL ao MEC.

Neste sentido, o referido curso iniciou suas atividades no segundo semestre de 2008, com o ingresso de 30 estudantes, e o início da implementação de uma série de idéias sobre como deveria se dar a formação do conservador/restaurador, materializadas a partir do seu projeto pedagógico. Documento este que conta com uma série de referências.

A legislação brasileira, seguindo aquilo que rege a legislação de vários outros países, assim como também os exemplos históricos vindos já desde a Revolução Francesa e suas conseqüências para o Patrimônio, divide o Patrimônio entre Bens Imóveis (patrimônio Edificado) e Móveis, o que repercute nos demais espaços e trâmites relativos ao Patrimônio Cultural. Foi dentro desta divisão que se pensou o Curso da UFPEL, considerando o tipo de perfil de egresso que se espera materializar a partir do projeto pedagógico do curso, de sua equipe de professores e de sua infra-estrutura.

O curso foca o patrimônio cultural constituído pelos Bens Móveis, ou seja, por exemplo: obras de arte, fotografias, documentos e livros, objetos decorativos e utilitários, bens etnográficos e arqueológicos. No entanto, o curso também tem espaço para o trabalho com os bens culturais integrados, tais como pinturas murais, afrescos, elementos em estuque, adornos, dentre outros.

O curso da UFPEL é noturno, tem ingresso anual de 36 alunos e duração mínima de três anos e meio (sete semestres). Apresenta uma carga horária mínima de 2400 horas, distribuídas entre atividades de ensino, pesquisa e extensão. O perfil do curso, de acordo com o Projeto Pedagógico do mesmo, tem base também em documentos internacionais voltados para a Conservação e Restauro de Bens Culturais, tais como o código de ética lançado pelo ICOM: “O Conservador-restaurador: uma definição de profissão”.

O Projeto Pedagógico do curso informa que se tem como estratégia pedagógica a organização dos componentes curriculares que integram o currículo em três eixos estruturantes, eixos estes que objetivam desenvolver três “abrangências de conhecimento”. São elas: um conhecimento técnico/científico (focado em conhecimentos ligados as ciências exatas, biológicas e nas tecnologias); um domínio prático de trabalho (focado nas técnicas e materiais específicos de conservação e restauro) e, por fim; um conhecimento humanístico (focado em disciplinas ligadas às ciências humanas). Além disso, o aluno também precisa participar de projetos de pesquisa e extensão, atividades de ensino, cumprir um percentual da carga horária total do curso na perspectiva de uma formação livre, e realizar um estágio curricular obrigatório, para obtenção do diploma.

No mês de agosto de 2011, cerca de 140 alunos encontram-se matriculados regularmente no curso. A primeira turma ingressa no mercado de trabalho no início de 2012. Serão os primeiros profissionais em Conservação e Restauro graduados no Rio Grande do Sul, o que inicia um novo momento na história da profissão no estado. Esta trajetória precisará de registro, para que se possa compreender com maior precisão o percurso histórico que permitiu a constituição destes profissionais, assim como a sua contribuição para o campo da preservação do patrimônio.

No entanto, ainda que até o momento não tenha sido formada a primeira turma do curso, cabe destacar a quantidade expressiva de projetos de pesquisa e de extensão em andamento, com resultados efetivos para a preservação do patrimônio cultural da cidade de Pelotas e da região. Instituições culturais como o Museu da Baronesa, por exemplo, têm recebido ações efetivas do curso, e dezenas de peças que integram o acervo do museu, muitas em estado lastimável, foram recuperadas e hoje encontram-se expostas para o público em geral.

Da mesma forma, outras instituições públicas e privadas, detentoras de acervos ou de bens culturais significativos para um horizonte de expectativas da sociedade, têm articulado parcerias de trabalho com o curso, que estimulam a realização de projetos de extensão e pesquisa, porém, também, a realização de estágios curriculares, eventos, exposições, e

espaços para debates acadêmicos qualificados, onde professores, técnicos e alunos, são lotados em um espaço formativo qualificado. Algumas dessas instituições são o Laboratório Leivas Leite, o Hospital Santa Casa de Pelotas, o Museu de Astronomia e Ciências do Rio de Janeiro, os Cemitérios do município, assim como instituições culturais diversas de cidade como Camaquã, Piratini, São Lourenço do Sul e Porto Alegre.

Cabe ressaltar a intensa participação de alunos e professores em eventos acadêmicos nacionais e internacionais, com a apresentação de reflexões sobre trabalhos já realizados, ou de experiências que vão desde a mobilidade acadêmica, até os acordos de cooperação técnica ou reuniões de trabalho. Recentemente, o curso encampou a missão de criar o comitê gaúcho do Escudo Azul, órgão ligado a UNESCO, no Rio Grande do Sul. Com isso, irão surgir diversas ações a favor da prevenção dos riscos ao patrimônio cultural, com o apoio de diversas instituições culturais da cidade, da região e do estado.

Aspectos Conclusivos.

A análise do impacto do trabalho destes profissionais formados pela UFPEL, da aceitação e absorção dos mesmos no mercado de trabalho, das ações realizadas pelo curso, como dito, ainda demandará alguns anos de espera e de posteriores pesquisas.

Ainda assim, este texto desenvolveu a idéia de que a análise do curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis do ICH/UFPEL, quando compreendida a partir de uma perspectiva mais ampla, que contemplasse, por exemplo, a expansão do ensino superior no Brasil e a consolidação do campo da preservação dos bens culturais e da profissão de conservador/restaurador de bens culturais, tinha potencial para expor uma imagem a respeito de questões importantes sobre o campo do Patrimônio Cultural no estado.

O que se percebe, é que o estado já dispõe de alguma estrutura desenvolvida, especialmente aquela que pode respaldar o Patrimônio Cultural pelo seus viés jurídico. Isso não é pouco, pois, desta maneira, o patrimônio já tem elementos para ser reconhecido com tal, em sua existência simbólica, tal como nos explicou Salvador Muñoz Viñas (2003). Não por acaso há profissionais em atividade no campo do patrimônio e há conservadores/restauradores exercendo sua função.

Este contexto deverá sofrer algumas alterações a partir da chegada no mercado de profissionais que recebem formação acadêmica específica em nível de graduação. É neste sentido que a abordagem do assunto sinaliza alguns caminhos para estudos posteriores, que objetivem compreender melhor as questões levantadas. O trabalho demonstrou que são

necessários estudos mais abrangentes, que possam narrar ou explicar melhor outros aspectos da história da conservação e do restauro no Rio Grande do Sul. Mesmo os exemplos históricos, citados no texto, como o do paulista Ado Malagoli e o do polonês Wladilas Zagloba, ainda que com referenciais históricos localizados, não têm problematizados os efeitos dos trabalhos que realizaram em nosso estado.

Neste sentido, um estudo sobre a história da conservação e do restauro de bens culturais em nosso estado, mostra-se como um campo promissor, e os caminhos que começam a emergir no texto, podem ser novas trilhas de estudos a serem percorridas.

REFERÊNCIAS

BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das políticas públicas para museus no Rio Grande do Sul: um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas.** Porto Alegre: PUCRS. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais Organização e Sociedade, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2007. 166 pgs.

BRITO, Eliana Povoas; HEIDEN, Roberto . Entre a reestruturação e a expansão das universidades federais: movimentos que singularizam a travessia da UFPEL. In: XXV Simpósio brasileiro II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. Políticas Públicas e Gestão da Educação: Construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. São Paulo: Editora da PUCSP, 2011. v. 1.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes. A conservação e restauração de acervos em suporte de papel no Brasil: uma abordagem à luz da História Cultural. In: XIII Congresso Internacional da Abracor. 2009. pp: 159-165.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de porto alegre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoria Contemporânea de la Restauration.** Espanha: Editorial Síntesis, 2003.